

Um pedido para o Papai Noel

LUIZ PAULO ROSENBERG

Superada a fase de euforia, provocada por termos pela primeira vez na nossa história alcançado um entendimento formal entre trabalhadores e empresários em relação à política econômica, é hora de entrarmos no mérito das propostas por eles apresentadas. Para tanto, é preciso, inicialmente, que se aceitem algumas proposições básicas, referentes ao quadro econômico atual.



Primeira proposição — Ao ultrapassar a barreira dos 100% mensais de inflação, a sociedade brasileira flertou com a hiperinflação. Vale dizer, sentiu na pele todos os desarranjos que uma aceleração descontrolada de preços provoca e aprendeu como reagir para diminuir perdas. Em consequência, se expostos novamente a uma situação pré-hiperinflacionária, os brasileiros, ao tentar se desvencilhar da canga, abreviarão a chegada da hiperinflação. Então, não há mais coluna do meio no processo inflacionário brasileiro: ou se derrota a inflação ou nossa histeria se encarregará de transformar a ameaça de preços ascendentes em hiperinflação incontrollável.

Segunda proposição — Assim como a morte é o desdobramento inaceitável pelo médico, e a explosão atômica, a maior derrota dos pacifistas, a hiperinflação marca o fim do sistema econômico gerenciável. Ela aumenta ao máximo o sofrimento social e leva à ruína as instituições políticas. Custos sociais de soluções alternativas são sempre menores.

Terceira proposição — Confrontado com ameaça tão devastadora quanto iminente, o governo deveria recrutar o que de mais garantido existisse na teoria econômica para superá-la. O aperto monetário e a austeridade fiscal são as âncoras mais seguras contra tal vendaval. Mantida inflexivelmente, esta associação de políticas jamais falhou em derrubar a inflação.

Quarta proposição — A mecânica, entretanto, pela qual juros altos, impostos crescentes e dispêndios públicos declinantes derrubam a inflação é cruel. Trava-se o giro da economia, provoca-se queda de consumo, demitem-se trabalhadores e aniquilam-se empresas endividadas. Caem os custos, desaparecem consumidores. A dor, portanto, é parte intrínseca da cura. Fora disso, sobra o reino dos charlatões e visionários que combatem inflação com consumo.

Quinta proposição — Quanto menor a resistência apresentada pela sociedade à política ortodoxa, menor o sofrimento. Assim, se todos se comportarem antecipando as inevitáveis quedas de salários e margens, os resultados surgirão logo e o tacho da política pode ser aliviado. Por outro lado, se os agentes econômicos reagem ao plano, promovendo mecanismos de reajustes automáticos de preços, baseados na inflação passada, mais robusta fica

a doença, mais forte deve ser a dosagem, mais longo o período de terapia.

Sexta proposição — A concretização de um pacto, acordo ou entendimento nacional só faz sentido, portanto, se tiver como objetivo a redução de obstáculos à ação da política ortodoxa. Caso contrário, é um evento nocivo, agravante do sofrimento. Não é pacto, é complô.

Analisemos, então, o entendimento proposto pelas lideranças empresariais e trabalhadoras. O documento deles propõe que se fixe uma "meta consensada" (consensual? condensada? compensada? Nenhum dicionário registra o verbete consensada) de redução de inflação futura. Todos os setores ficam limitados por essa meta.

Questões — Qual é a base para essa fixação? A inflação do mês passado ou o bicho que deu no sorteio da segunda-feira? Se a consensada for zero, ótimo, a inflação cai. Se for superior ao nível médio causado pelo padrão de indexação informal já existente, vai aumentar a inflação. Além do mais, o que acontece se a inflação real for maior do que a consensada? Há reposição? Como? E se for menor? E se houver guerra no Golfo? E o câmbio: é o consensado ou fica livre? E a ação da Vale do Rio Doce: fica livre ou é a consensada? São questões cruciais, que o documento, olímpicamente, se abstrai de tratar.

Mas o entendimento só mostra mesmo a que vem (e aí resvala para o gaiato) quando enumera as medidas necessárias ao sucesso do plano. Se efetivamente adotadas, tais medidas seriam capazes de levar até uma Suíça ao descontrolo inflacionário. Vejam os pleitos: redução de juros, reposição de perdas salariais, abono já, redução de impostos, pagamentos do governo às empreiteiras, além de burras abertas para desempregados, semterra e agricultores.

Isto não é plano antiinflacionário. É lista de pedidos ao Papai Noel. É reconfortante, felizmente, perceber a maturidade das lideranças nacionais efetivas, que rechaçaram a iniciativa contudentemente. Os pensadores conservadores reagiram com irritação: afinal, eles jamais tiveram senso de humor em relação às tentativas de estupro à liberdade de mercado.

É notável também que o intelectual progressista Hélio Jaguaribe, por todos admirado, considere o entendimento uma conspiração entre sindicatos fortes e empresários fracos para jogar a conta de seus privilégios em cima do consumidor, via inflação.

O lançamento do documento de empresários e trabalhadores nesta hora de tanto sacrifício é tão oportuno quanto a entrada da batucada de uma escola de samba no silêncio sofrido de um velório.

□ Luiz Paulo Rosenberg é economista, consultor de empresas e ex-assessor especial da Presidência da República na gestão de José Sarney